



21º CONEG da UBES

Resolução aprovada

Estamos vivendo um processo de aprofundamento de crises, diante de uma pandemia global ainda temos que enfrentar a crise humanitária provocada pelo governo Bolsonaro de forma criminosa, já condenada na Comissão de Inquérito (CPI) do Senado Federal, que vitimou mais de 600 mil brasileiros. Com um projeto de sucateamento ao Sistema de Saúde (SUS), com discursos negacionistas, Bolsonaro interferiu e dificultou a compra de vacinas, colocando como moeda de troca, a vida do povo brasileiro por 1 dólar.

Apesar de todo o sucateamento provocado com o objetivo de colapsar o SUS, profissionais da área da saúde, estudantes e movimentos sociais permaneceram inabaláveis em defesa do SUS e contra toda e qualquer forma de privatização na saúde. A UBES desde o primeiro momento lutou contra o negacionismo e projeto de genocídio de Bolsonaro. Através da Campanha “VIDA, PÃO, VACINA & EDUCAÇÃO” nos mobilizamos em conjunto com os movimentos sociais brasileiros em defesa da ciência e no combate à fome do nosso povo.

Os ataques à democracia são uma marca desse governo, a mobilização dos movimentos sociais e estudantis são fundamentais para frear o projeto golpista de Bolsonaro, a partir de uma ampla unidade para desgastar esse governo catastrófico. Após o aumento significativo do número de contaminações e mortes por conta de Covid-19, a UBES se posicionou pela suspensão imediata das aulas presenciais das instituições de ensino públicas e privadas, mesmo com relutância do Ministério de Educação negacionista de Bolsonaro, conquistamos a suspensão das aulas para conter o avanço do vírus entre a comunidade escolar. Fomos nós, os primeiros interessados a discutir, formular ideias e projetos para a educação em tempos de pandemia. Formulamos um Plano Emergencial para a Educação com ações que visam enfrentar a situação provocada pelo novo coronavírus. O documento possui direcionamentos e possíveis soluções para a Educação nesse contexto pandêmico. Lançamos uma campanha de combate à fome, para que a merenda escolar que seria distribuída nas escolas fosse direcionada aos estudantes de baixa renda através de cestas básicas ou distribuídas nas próprias escolas.

Mesmo com as aulas suspensas, e falta de planejamento para preparar as escolas com as condições sanitárias necessárias, as datas do ENEM foram anunciadas para 2020, gerando uma grande preocupação dos estudantes sobre o risco de realizar as provas em um momento de alta contaminação e com vários estados com lotação máxima de UTIs, colocando em risco a vida de estudantes e aplicadores do exame. Lutamos até o último minuto para que a prova fosse adiada, com grande mobilização de estudantes, sociedade civil, influencers digitais e parlamentares. Logramos êxito e fizemos o INEP/MEC recuar e adiar o ENEM.

Desde o início da gestão enfrentamos ataques à educação por parte de Bolsonaro, iniciamos no fronte de batalha com uma grande articulação com parlamentares para aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização



do Magistério. Após muita luta, conseguimos derrotar todas as artimanhas da base do presidente que tentavam a todo custo inserir emendas para retirar o objetivo do FUNDEB de ser um fundo totalmente público. Não só aprovamos, mas garantimos que o FUNDEB fosse destinado 100% para educação pública.

Com a suspensão das aulas presenciais muitas instituições deram continuidade ao ano letivo de forma remota, escancarando uma grande problemática no país inteiro: a falta de acesso a equipamentos tecnológicos e internet por parte de estudantes e professores. Segundo a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Centro Regional e Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), 46 milhões de brasileiros não têm acesso a internet, desse total 45% explicam que a falta de acesso acontece porque o serviço é muito caro e para 37% dessas pessoas a falta do aparelho celular, computador ou tablet também é uma das razões. A campanha INTERNET PARA GERAL, surgiu como grande articulação nos estados para distribuição de chips com pacote de dados a estudantes e professores. No congresso nacional apresentamos o PL 3477/2020, que garante distribuição de internet para 18 milhões de estudantes e professores de baixa renda. Após uma grande vitória, Bolsonaro vetou o projeto, mas isso não desanimou a luta dos estudantes que se mobilizaram para derrubar o veto. Bolsonaro foi novamente derrotado e o veto foi derrubado, garantindo assim INTERNET PARA GERAL.

O ensino técnico, em especial a rede federal de educação, é a maneira mais direta para Bolsonaro atacar o ensino brasileiro. Em 2020 e 2021 os cortes de verba marcaram grandes movimentações e manifestações, cerca de 1 bilhão de reais deixaram de ser destinados à educação pública, fazendo com que diversas reitorias comunicassem que não têm condições financeiras de voltar ao ensino presencial, manter todas as bolsas e estrutura. Por isso, a defesa de um orçamento justo para os Institutos Federais, CEFETs e Pedro II se tornou uma luta fundamental por um Brasil cientificamente e socialmente desenvolvido. Paralelamente a isto, uma proposta mal desenvolvida de reordenamento dos Institutos Federais está sendo realizada pelo Ministério da Educação. É perceptível que um governo que nunca deu prioridade para os IFs impõe um reordenamento eleitoreiro e extremamente mal planejado, que traz mais custos para a rede sem um aumento de vagas e de orçamento. Realizamos diversas articulações com as reitorias, parlamentares e com CONIF, participamos das reuniões do CONSUP e puxamos uma campanha nacional contra o reordenamento desordenado de Milton Ribeiro e continuamos na luta contra este projeto de sucateamento da rede federal de educação. Além disso, uma proposta de portaria que tem sido desenvolvida pelo MEC prevê a destruição da política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais, reforçando ainda mais a desigualdade na educação e o caráter anti-popular do atual governo. A reforma do ensino médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017, vem sendo costurada desde o governo golpista de Michel Temer, e aprofundada por Bolsonaro, sem representar os anseios de uma educação crítica, plural e inclusiva.

Além disso, diante de um teto de gastos que congela os investimentos em educação pelos próximos 20 anos, a proposta de ensino integral é colocada em xeque, bem como a possibilidade de qualquer outro avanço na educação. A lei da reforma inclui uma Política de



Fomento ao Período Integral, pois o governo reconhece que a aplicação ideal do novo formato seria em escolas com 1.400 horas anuais, e não nas atuais 880 horas anuais. Mas a verba federal de R \$1,5 bilhão contemplará uma parte ínfima das escolas brasileiras – em 2018, foram apenas 451 escolas incluídas. Além disso, todos os colégios são obrigados a aumentar a carga horária para mil horas anuais até 2022, o que se confronta com a situação das contas de muitos estados, com a política de congelamento de gastos federais. Em 2017 nos posicionamos contra a reforma, pela forma com que foi puxada sem nenhum tipo de garantia ou diálogo com os estudantes. E o papel da UBES nesse momento é qualificar o debate cada vez mais, para conquistar avanços no projeto e diminuir os impactos de uma reforma já com data de implementação atrasada.

Não podemos nos furtar do debate em uma reforma que impactará a vida de milhões de estudantes secundaristas. Pensando nisso mergulhamos em um grande esforço de construir um estudo técnico em parceria com o Centro em memórias da Juventude - CEMJ, sobre a reformulação do ensino médio, que não só aponta os problemas apresentados na proposta, mas faz um recorte histórico da escola e de seu papel na sociedade, justamente para servir como debate qualitativo para melhorar a proposta apresentada, e que guie nosso debate de forma qualitativa na defesa da escola que queremos.

Após um primeiro adiamento do ENEM, já víamos sinais claros de que o (Des) Governo Bolsonaro faria de tudo para atacar uma das principais ferramentas de acesso ao ensino superior dos estudantes. Não bastasse a falta de responsabilidade em 2020 com o adiamento no último momento por uma grande mobilização estudantil. Em 2021 tivemos o ENEM com menos inscritos em mais de 10 anos e o mais branco também. Em um evidente processo de sucateamento e exclusão dos estudantes mais vulneráveis. Realizamos uma campanha de solidariedade, intitulada “NENHUM A MENOS”, uma grande rede de solidariedade que conectava de forma direta pessoas que podiam ajudar com o pagamento do boleto de estudantes que não tinham condições. Totalizando mais de 600 boletos pagos, e alcançando mais de mil pessoas mobilizadas em um grande esforço de garantir o acesso à prova ao maior número possível de estudantes.

Bolsonaro não se conteve em atacar somente o ENEM, com a ideia de dar a cara do governo a prova, mas recentemente atacou o PROUNI abrindo brechas através de uma medida provisória para que estudantes das redes de ensino privadas concorram às vagas, até então destinadas exclusivamente para estudantes de instituições públicas. Ações como essa, fazem parte do processo de desconstrução de programas sociais que fizeram o Brasil ser referência internacional em políticas públicas educacionais. Bolsonaro não somente não cria projetos voltados para o acesso a educação, como vem destruindo todo o avanço que já foi construído em governos anteriores, retirando direitos já conquistados pelos estudantes. Diminuindo ainda mais as chances de estudantes, em sua maioria, de baixa renda, pretos e pobres acessarem o ensino superior. Em um grande esforço de tirar cada vez mais o poder de senso crítico da sociedade.

É por isso que, no início do próximo ano, o movimento estudantil secundarista, liderado pela UBES, precisa estar atento em relação aos constantes ataques no direito de acesso ao



ensino superior. Devemos organizar um observatório para acompanhar eventuais erros nos resultados do ENEM e na inscrição de programas como o SISU e o PROUNI, envolvendo parlamentares, instituições, e sobretudo a mobilização dos estudantes. Um dos maiores desafios que a educação básica terá de enfrentar no próximo período é o de garantir que os estudantes que ficaram quase dois anos sem ter acesso à sala de aula, e em muitos casos nem mesmo às aulas remotas, não desistam da sua possibilidade de sonhar. De sonhar em ingressar na universidade, de sonhar em se formar em um curso técnico, de sonhar em construir aquilo que deseja. Portanto, será uma luta central do movimento secundarista a garantia da implementação do FUNDEB com financiamento justo, apoio aos estudantes, escolas democráticas, e um modelo de educação que inclua ao invés de excluir. Num momento em que o MEC se exime de qualquer responsabilidade, é papel da UBES liderar uma grande luta para derrotar esse Ministro da Educação e o governo Bolsonaro, para assim ter a possibilidade de construir uma escola que possibilite nossa juventude a sonhar e ser feliz.

As entidades estaduais junto a UBES entregaram de norte a sul do Brasil a nota técnica sobre a educação em tempos de pandemia aos secretários estaduais de educação, com importantes protocolos que foram usados por muitos estados na retomada das aulas presenciais, e que continuam servindo como base para estas retomadas. Derrotar esse governo de fome, negacionista e de morte se faz extremamente necessário, para isso, o próximo período precisa de muita mobilização nas ruas para denunciar as atrocidades que o povo brasileiro vive na pele no dia a dia.

Os estudantes brasileiros e a UBES precisam ser a ponta de lança que fará Bolsonaro tremer de medo, e que vai derrotá-lo nas ruas e nas urnas. 2022 será um ano de muita luta, a unidade entre os movimentos sociais e estudantis se faz super importante nesse processo, que passa pela importante mobilização das mulheres no 8 de Março e a jornada de lutas dos estudantes em homenagem ao estudante Edson Luís que tombou lutando e resistindo à ditadura militar, mobilizações e resistências que devem se manter fortes. Através da Campanha “PELO DIREITO DE ESTUDAR”, a UBES precisa ocupar cada escola do Brasil, cada diretor precisa carregar em suas mochilas a esperança e os sonhos da juventude com uma grande e necessária operação resgate para combater a evasão escolar. Construir os grêmios e fortalecer nossas bases é a nossa principal missão, os estudantes de norte a sul precisam saber que a UBES existe, e bater no peito e dizer que a UBES os representa. Nossos desafios são imensos, mas só é com muita mobilização e organização dos estudantes que vamos conquistar mais avanços na educação brasileira. É nesse contexto que convocamos o 44º Congresso da UBES, para o próximo semestre, organizando e movimentando milhares de estudantes secundaristas de norte a sul do Brasil, organizando nossa luta e renovando nossas energias para continuar lutando pela educação e pelo nosso povo.